ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 9 DE AGOSTO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR SANDRO BAHIENSE (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores CÁTIA RODRIGUES e EDVALDO BRITO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Requerimentos n.s 206/23 da vereadora Ireuda Silva e 207/23 do vereador Carlos Muniz; Moções n.s 177 e 178/23 do vereador Marcelo Maia e 179/23 da vereadora Marta Rodrigues; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente propôs a inversão da pauta para o início imediato das votações previstas, o que foi aceito pelas lideranças. Informou que, também por acordo com as lideranças, fora

marcada reunião conjunta devolutiva das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento para o dia 14 de agosto, às 13h30, para apreciação dos pareceres a Projetos de Lei do Executivo, a Veto e a Projetos de vereadores com pedidos de vista pendentes. Passando-se à **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 82/23, 70/21 (contra os votos dos vereadores Alberto Braga, Alexandre Aleluia, Anderson Ninho, Isnard Araújo e Julio Santos), 341/21, 55/21, 126/23, 60/23, 124/23, 163/23, 164/23, 161/23, 16/21, 68/22, 165/22, 278/21 (contra os votos dos vereadores Alberto Braga, Arnando Lessa, Augusto Vasconcelos, Hélio Ferreira, Laina Crisóstomo, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto), 204/21, 225/22, 21/23, 193/21 e 413/21; Projetos de Resolução n.s 75/23 e 76/23; e Projetos de Indicação n.s 90/23, 112/23 e 133/23. Foram também discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 202/23 e 207/23. Encerrada a Ordem do Dia, nos **Registros**, o vereador Isnard Araújo agradeceu a aprovação de seus dois Projetos de Lei e comentou sobre ambos. Foi votada e aprovada a licença do vereador Edvaldo Brito (9, 14, 15 e 16 de agosto). O vereador Cláudio Tinoco comentou sobre declaração da secretária de Desenvolvimento Urbano da Bahia, Jusmari Oliveira, garantindo a implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT). Mencionou irregularidades no contrato dessa obra apontadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e a perspectiva de rescisão amigável desse contrato. Indagou se tal rescisão implicaria a desconsideração do que possa ter havido de irregular. O vereador André Fraga expôs sobre questão relativa a autorizações para pesquisa mineral em área da Chapada Diamantina. Explicou que, como vereador de Salvador, a questão o mobilizava em razão de as repercussões dessas atividades poderem atingir o Rio Paraguaçu, fonte de 60% da água da Capital e Região Metropolitana. Afirmou que tais pesquisas traziam o risco de falta de água em Salvador, o que o levou a criar Projeto de Indicação para que o governador do Estado transformasse a área da Serra da Chapadinha em unidade de conservação. Pediu que o governador

acatasse a Indicação. O vereador Arnando Lessa indagou ao vereador Cláudio Tinoco sobre o efetivo uso do *Bus Rapid Transit* (BRT), registrando que sempre via esse modal com os seus veículos vazios. Criticou a tentativa de se desestabilizar o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv), explicando as motivações por trás dessa ação. Salientou a ampla cobertura oferecida pelo Planserv. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco rejeitou comparação entre o VLT e o BRT. Pontuou que o BRT já era algo estabelecido, e o VLT não. O vereador Anderson Ninho narrou encontro com gestor de trânsito e informou avanço no seu encaminhamento sobre a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) gratuita. Afirmou que não fazia oposição gratuita, o que lhe permitia essa conquista junto ao Governo do Estado. O vereador Hélio Ferreira agradeceu a aprovação de seus Projetos, sobre os quais comentou, expondo que eram destinados a profissionais e usuários de ônibus. Discordou das abordagens que se faziam sobre os modais e propôs temas sobre o transporte que entendia mais relevantes. O senhor presidente considerou que o transporte público era caro e carecia de melhorias, havendo o prefeito sinalizado quanto a isso, o que ele esperva poder trazer à Casa para efetivação. A vereadora Marta Rodrigues propôs Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre o transporte, relatando que, assim como o vereador Arnando Lessa, via os veículos do BRT vazios. Pediu debate sério sobre os transportes, criticando o preço das tarifas em Salvador. A vereadora Laina Crisóstomo considerou haver pontos obscuros sobre os transportes e criticou o BRT, também relatando vê-lo vazio. Informou Projeto de Lei para se garantir a memória das heroínas negras, criando-se o Dia municipal de Maria Filipa, em 4 de julho. Informou, ainda, consulta pública sobre a importância desse Projeto, inclusive pela eficácia da Lei que estabelecia o ensino sobre a história do povo negro. Expôs sobre a campanha contra a violência política de gênero, criada frente a possível expulsão de seis parlamentares do Congresso Nacional que atuavam em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). O vereador Augusto Vasconcelos destacou o direito ao aleitamento materno, baseado na Lei e na

Organização Mundial de Saúde (OMS). Contou sobre caminhada, realizada no fim-de-semana, a respeito da questão e parabenizou seus responsáveis. Relatou o descumprimento, por parte de empresas, das normas que garantiam o aleitamento a suas funcionárias. Agradeceu Honraria que lhe fora conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), convidando os pares para a solenidade de entrega na próxima sexta-feira, às 18h. Foi votada e aprovada a licença da vereadora Cátia Rodrigues (7 a 11 de agosto). O vereador Luiz Carlos Suíca declarou satisfação com a iminente realização da Câmara Itinerante em escola do Cabula. Disse que, nesse evento, haveria maior proximidade com as pessoas do bairro. Deu seguimento à discussão sobre o Planserv, pedindo maior debate, inclusive com o governador do Estado. Lembrou a transmissão das obras do Metrô do Município para o Estado e a sua expansão a partir disso. O vereador Randerson Leal citou seu pai sobre a noção de gratidão e agradeceu ao vereador licenciado Henrique Carballal, ao presidente da CMS Carlos Muniz e ao vice-governador e ex-presidente da CMS Geraldo Júnior pelo seu ingresso na Casa. Declarou que se esforçaria e aprenderia na CMS. Enalteceu seu pai, o deputado estadual Roberto Carlos. Saudou o governador por ceder mais de 200 leitos do Hospital Espanhol para a Regulação. Em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco saudou o vereador Randerson Leal e rebateu nota da secretária Jusmari Oliveira sobre o VLT. O senhor presidente lembrou que o vencimento da isenção de ISS para o Metrô ocorreria em alguns meses e disse esperar o Projeto que a prorrogaria. O vereador Sílvio Humberto afirmou que nenhum sistema de transporte se sustentava tendo 40% das pessoas andando a pé, devido à pobreza, como acontecia em Salvador. Apontou a queda do Produto Interno Bruto (PIB) da Cidade e o aumento da vulnerabilidade social. Defendeu enfrentamento ao círculo vicioso da pobreza e estratégias contra o racismo e as desigualdades. O senhor presidente elogiou o discurso do orador e disse que o número de pessoas a pé aumentava em razão dos custos dos transportes. O vereador Tiago Ferreira pediu debate sobre a concessionária de ônibus CSN. Enumerou obras do Governo do

Estado e rejeitou o modo como eram feitas as críticas a essa gestão. Declarou que o VLT se realizaria. Pediu que o novo Projeto do Executivo sobre empréstimo passasse pela Comissão de Transportes. O senhor presidente respondeu que esse Projeto abrangia vários setores e que seria inviável passar por cada comissão relacionada. O vereador Teo Senna declarou concordância quanto a CEI sobre os transportes. Agradeceu ao vereador Cláudio Tinoco pela audiência pública sobre o assunto e sugeriu que a CEI tivesse amplo objeto sobre mobilidade. Sublinhou o sofrimento dos antigos usuários dos trens do Subúrbio, que estavam sem opção havia três anos. Apontou prejuízo de 56 milhões em torno do VLT ainda inexistente. O vereador Ricardo Almeida opinou que a discussão sobre transportes deveria deixar o âmbito político-partidário e ser mais pragmática e profunda. Analisou dados sobre o Metrô e explicou que a concessionária desse modal tinha garantia de demanda mínima de usuários, com índice cujo não-atingimento dava azo a cobertura por parte do Governo. Apontou a isenção para o Metrô e outros subsídios para a empresa responsável, dizendo que concordaria se houvesse ganho para a população. Indagou sobre os mais de 300 milhões já gastos sobre a Ponte Salvador-Itaparica e mencionou os aumentos de tarifas de transportes estaduais. Pela ordem, o vereador Tiago Ferreira discordou dos números trazidos pelo orador sobre a garantia de demanda mínima. Apresentou os percentuais que entendia corretos; disse que o Metrô era alimentado pelos ônibus; e defendeu subsídio que beneficiasse a população mediante gratuidade a alguns segmentos, como os estudantes. Pela ordem, a vereadora Laina Crisóstomo considerou que uma ideia sua fora distorcida e apresentou correção. Em seguida, alguns edis tiveram a palavra para se pronunciar sobre o tema dos transportes. O vereador Augusto Vasconcelos defendeu o “triplo-zero”, modelo aplicado em outros países e que criava gratuidade, além de reduzir acidentes e poluição. Explicou que isso abarcaria todos os modais e anunciou audiência pública sobre o tema. O vereador Cláudio Tinoco sugeriu que se ouvissem os ex-prefeitos sobre o assunto, no projeto Lembranças do Futuro. Propôs que, na audiência pública sobre o VLT no

dia 17, fossem convidados diversos agentes e especialistas, os quais especificou. O vereador Sandro Bahiense, observando o próximo Dia dos Pais, pediu que os pais observassem melhor os seus filhos como prevenção à violência. O senhor presidente disse não ser contra subsídio e alertou que a queda de isenção para o Metrô recairia sobre a população. Fez alerta similar sobre a isenção de ICMS sobre óleo diesel. Pediu união para que se estabelecesse a não-aplicação de tributos aos transportes, medida que reduziria as tarifas. O vereador Arnando Lessa sugeriu que a CMS obtivesse as planilhas de custo operacional dos transportes do Município e do Estado, e afirmou que isso mostraria como o povo era onerado. O senhor presidente respondeu que já tinha feito isso junto ao Município e que o faria junto ao Estado. Avaliou que a solução para os transportes municipais envolvia o apoio dos Governos Federal e do Estado, mediante isenções tributárias. Declarou-se pronto para votar a favor da população, com a participação dos pares. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO